

A COMPANHIA

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

Com início da operação comercial, com a Linha 1, em março de 1979 e inauguração da Linha 2 em 1981, o metrô do Rio de Janeiro foi o primeiro sistema metrôviário concedido do Brasil, em 1998. Em 2016 houve a inauguração da Linha 4, formando o que é atualmente o maior sistema metrôviário sob gestão privada do país e o segundo maior em extensão de rede e quantidade de passageiros. Desde o começo das operações foram realizados intensos investimentos com a melhoria do sistema metrôviário, a modernização do Centro de Controle e a abertura de novas estações e no presente momento atravessa a cidade do Rio de Janeiro, ligando a Zona Norte à Barra da Tijuca, com 41 estações e 3 linhas. Em 8 de novembro de 2021 o MetrôRio passou a ser controlado pela empresa HMOBI S.A., que administra, mantém e opera as Linhas 1 e 2 do sistema metrôviário da cidade do Rio de Janeiro e presta serviços de operação, manutenção do material rodante, sistemas e infraestrutura através da controlada Metrobarra na Linha 4.



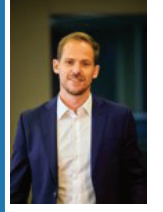
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros colaboradores, clientes, acionistas, parceiros e demais stakeholders, No ano de 2024, o MetrôRio deu importantes passos na geração de valor para clientes, colaboradores, acionistas e a sociedade em geral, com avanços que reforçam a missão da Companhia: manter o Rio em movimento, melhorando a vida das pessoas com um serviço confiável, seguro e sustentável.

A expansão do sistema metrôviário da cidade, estagnada desde 2016, foi impulsionada com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta para a retomada das obras da estação Gávea. Reflexo de grandes esforços de negociação, o documento permite o saneamento de imbrólios contratuais que prejudicam o desenvolvimento do setor há uma década. Nos próximos meses, assinaremos os aditivos que unificarão as concessões das linhas 1, 2 e 4, viabilizando o início das obras para a conclusão da Linha 4 e abrindo caminho para novos investimentos no sistema. Nosso compromisso com a busca pela excelência operacional nos proporcionou mais um ano de resultados excepcionais. Todos os indicadores de desempenho que fazem parte do nosso Contrato de Concessão foram cumpridos, refletindo nosso compromisso em oferecer todos os dias uma operação eficiente e de alta qualidade. Consolidando a posição do MetrôRio como empresa inovadora em canais de venda, implementamos este ano novidades que facilitaram ainda mais a jornada dos clientes: pagamento via pix em nossas máquinas de autoatendimento e bilhetes unitários em formato QR Code, inclusive na operação especial de Réveillon. Conseguimos também aumentar em cinco vezes a integração com os ônibus municipais, por meio da implementação de novas linhas integradas nas estações de Antero Quental e Botafogo. Em nossa mais recente pesquisa de qualidade, em setembro deste ano, 98% dos clientes aprovaram os nossos serviços, mostrando que seguimos sendo o meio de transporte preferido dos cariocas, que confiam na rapidez, previsibilidade e segurança na nossa operação.

Além de entregar um serviço de alta qualidade para a cidade, entendemos que nossa responsabilidade é ainda maior e nossos iniciativas podem trazer impactos duradouros para a sociedade e o meio-ambiente. Movido por energia elétrica limpa e renovável, o metrô desempenha um papel fundamental na luta contra as mudanças climáticas, ao transportar diariamente centenas de milhares de passageiros que, assim, deixam de utilizar veículos movidos a combustíveis fósseis. Entre nossos projetos de eficiência energética, este ano avançamos com o projeto piloto de modernização da ventilação principal das estações subterrâneas e finalizamos o projeto de substituição de mais de 57 mil lâmpadas por modelos LED em nossas estações, túneis, oficinas e demais postos de trabalho. Em celebração ao Dia Mundial Sem Carro, lançamos a campanha "Recall da Consciência", com disponibilização em nosso site de calculadora de emissão de gases de efeito estufa (GEE). Destaco ainda a nossa ação de coleta de tampinhas plásticas, com a arrecadação de 2,9 toneladas de material por clientes e colaboradores, revertido em doações de cestas básicas e cadeiras de rodas.

Continuamos empenhados em desenvolver um relacionamento cada vez mais sólido com as comunidades do entorno das estações e, em 2024, investimos mais de R\$850 mil em projetos socioeducativos via Lei do ISS. Realizamos ações de cidadania e prestação de serviço em nossas estações e reforçamos nossa posição em defesa da Diversidade, Equidade e Inclusão através de campanhas de sensibilização e treinamento, tanto para nossos colaboradores como para o público externo. No MetrôRio, temos a ética como um de nossos principais valores, e nos orgulhamos de ter políticas de governança baseadas em compliance, eficiência e transparência. Em 2024, mantivemos as certificações ISO de Gestão de Compliance e Antissuborno obtidas em anos anteriores e renovamos nosso compromisso com o Pacto Global da ONU, o maior programa de sustentabilidade corporativa do mundo. Com um cenário econômico de aumento de inflação e gradual recuperação da demanda de passageiros no sistema, mostramos este ano nossa capacidade de não apenas superar as dificuldades, mas também de evoluir a partir dos desafios. Desempenho operacional robusto e iniciativas eficientes de gestão financeira levaram a uma redução de 14,2% na dívida líquida e a um EBITDA de R\$600,0 milhões. Estamos rigorosamente em dia com as obrigações financeiras, como as da 9ª emissão de debêntures do MetrôRio, reforçando nossa solidez e credibilidade no mercado. Foram reconhecidos créditos regulatórios referentes a 2021, no valor de R\$ 327 milhões, e concluídos os pagamentos dos valores relativos ao 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, sinalizando um ambiente regulatório mais estável e previsível. Estamos otimistas com o que temos pela frente em 2025, com um cenário promissor de recuperação de demanda e transformações regulatórias decorrentes da retomada das obras da estação Gávea e da unificação dos contratos de concessão. Este panorama positivo só é possível graças ao empenho de nossas equipes, altamente preparadas e orgulhosas por prestar um serviço de excelência para a população, e à parceria de nossos acionistas e stakeholders, que nos apoiam em nossa busca incessante pelo crescimento sustentável, responsável e transparente.



Guilherme Ramalho
Presidente MetrôRio

DESTAQUES DE 2024

O MetrôRio tem o prazer de anunciar os resultados financeiros e operacionais do ano de 2024. Durante este período, a Companhia apresentou um desempenho operacional sólido, alinhado às expectativas, evidenciando sua resiliência e capacidade de adaptação frente a desafios no cenário econômico.

Desempenho Operacional

Apesar dos desafios enfrentados, incluindo a redução no volume de passageiros transportados, a HMOBI, através de suas controladas, manteve um desempenho operacional satisfatório. A demanda por viagens de lazer e deslocamentos não essenciais demonstrou resiliência, com a quantidade de passageiros pagantes mantendo-se consistente nos finais de semana.

Em abril de 2024, a tarifa do sistema metrôviário do Rio de Janeiro, operado pela controlada MetrôRio, foi reajustada em 4,35%, passando de R\$6,90 para R\$7,50 incluindo a recomposição do desconto de R\$0,30. Esse aumento gera um ponto de atenção, especialmente diante da política tarifária municipal que entre 2019 e 2022, manteve a tarifa dos ônibus congelada em R\$4,05, aplicando um reajuste apenas em 2023, quando o valor passou para R\$4,30.

Resultados Financeiros

O EBITDA da Companhia alcançou R\$600,0 milhões, representando um aumento de 69,4% em relação ao ano de 2023. A lucratividade também melhorou, com um acréscimo de 26,9 pontos percentuais na Margem EBITDA em comparação com o período anterior. Esses resultados são explicados pelo ressarcimento emergencial de 2021 e contabilização em outubro/24. O resultado do período foi positivo com lucro de R\$338,3 milhões. Além disso, a alavancagem da Companhia medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA, continuou sua trajetória de queda, fechando o ano em 1,4x com saldo em caixa de R\$636,7 milhões, reforçando o compromisso do MetrôRio com uma estrutura financeira sólida e sustentável.

Celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
Em outubro de 2024, a controlada MetrôRio junto ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a Concessionária Rio Barra S.A., a Novonor S.A., a Novonor Participações e Investimentos S.A., a OEC S.A. - Em Recuperação Judicial, a Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., o ZI Participações S.A., o Consórcio Construtor Rio Barra e o Consórcio SuLinha 4, celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tendo por objeto a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea da Linha 4 da concessão metrôviária do Estado do Rio de Janeiro, assim como o saneamento de relações contratuais pertinentes ao serviço público metrôviário do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos do TAC, ficaram acordados os termos e condições para: (a) a transferência da concessão da Linha 4 do Sistema Metrôviário do Estado do Rio de Janeiro para o MetrôRio; (b) a celebração do aditivo ao contrato de concessão das linhas 1 e 2 do Sistema Metrôviário do Estado do Rio de Janeiro, para refletir a transferência da linha 4 ao MetrôRio, bem como a prorrogação do prazo (10 anos) para o novo contrato de concessão unificado até o ano de 2048; e (c) a celebração do contrato de construção que tem como objeto a contratação das obras da Estação Gávea.

Contabilização do Ressarcimento Emergencial 2021
Em outubro de 2024, foi contabilizado o Ressarcimento Emergencial de 2021 da controlada MetrôRio, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, conforme descrito na Cláusula 2ª do 8º Termo Aditivo do Contrato das Linhas 1 e 2 e

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

apurado na Deliberação Agetransp/CD nº 1.302, de 28 de março de 2023, no valor de R\$256,6 milhões, com atualização monetária de R\$54,0 milhões, nos termos da Cláusula 2ª, §5º e §3º, do 8º Termo Aditivo do Contrato das Linhas 1 e 2, a ser realizada em dezesseis (16) parcelas iguais mensais e sucessivas, até 30/03/2026, sendo a primeira realizada um mês após o pagamento do valor previsto na Cláusula 4.1.6.1.

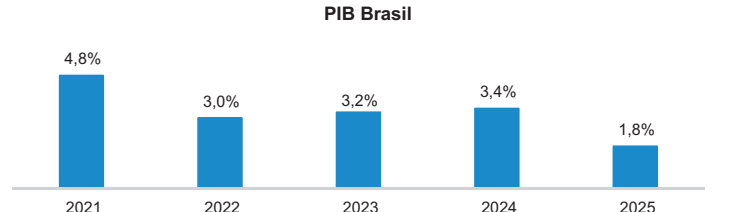
Comprometimento com o ESG
A HMOBI e suas controladas, MetrôRio e Metrobarra, permanecem firmemente comprometidas com práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança). A Companhia tem promovido campanhas internas e externas que visam aprimorar a sustentabilidade e a responsabilidade social, destacando seu papel ativo na construção de um futuro mais verde e responsável. O ano de 2024, destaca-se não apenas pelos resultados financeiros positivos, mas também pelo progresso contínuo em áreas cruciais para o desenvolvimento sustentável da companhia. A HMOBI reafirma seu compromisso com a excelência operacional e a responsabilidade social, enquanto continua a buscar oportunidades para crescimento e inovação no setor.

RESULTADOS OPERACIONAIS

CONTEXTO ECONÔMICO

Com a continuidade da retomada econômica prevista para 2025, a expectativa é que haja uma crescente demanda por transporte público, seja para viagens de trabalho, estudo, lazer, saúde ou compras.

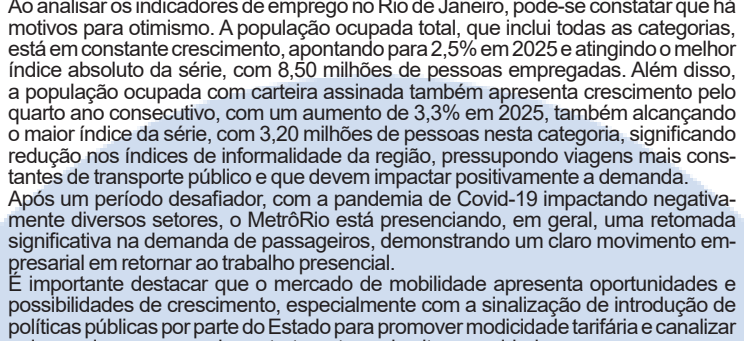
O PIB do Brasil, que teve forte queda em 2020 devido à pandemia, apresentou recuperação nos anos subsequentes e tem projeção de crescimento para 2025, segundo a MCM Consultores. Isso demonstra que o país e a região seguem em processo de retomada, o que se espera impactar positivamente na demanda por transporte público.



Fonte: MCM Consultores (realizado até 2023 e projeção para 2024 e 2025)

Após um período desafiador, com a pandemia de Covid-19 impactando negativamente diversos setores, o MetrôRio está presenciando, em geral, uma retomada significativa na demanda de passageiros, demonstrando um claro movimento empresarial em retornar ao trabalho presencial.

É importante destacar que o mercado de mobilidade apresenta oportunidades e possibilidades de crescimento, especialmente com a sinalização de introdução de políticas públicas por parte do Estado para promover modicidade tarifária e canalizar a demanda para os modos estruturantes e de alta capacidade.



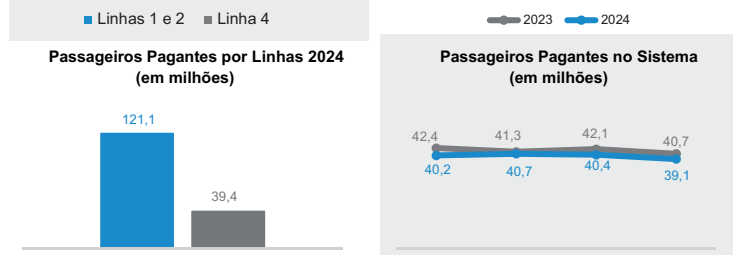
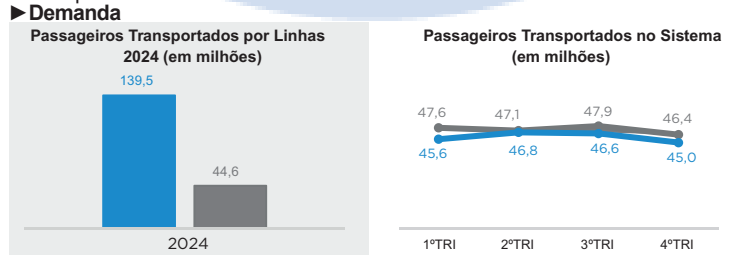
O MetrôRio está preparado para atender a demanda e continuar oferecendo um transporte público de qualidade e seguro para os cariocas. Além disso, o aquecimento da economia, com a criação de novos postos de trabalho e o crescimento das vendas do comércio, apontam para uma retomada ainda mais expressiva do transporte público em 2025, com o MetrôRio sendo parte fundamental desse processo. A empresa está comprometida em atender a demanda crescente de passageiros, com soluções inovadoras e tecnológicas para garantir a segurança e conforto dos usuários.

RESULTADOS OPERACIONAIS

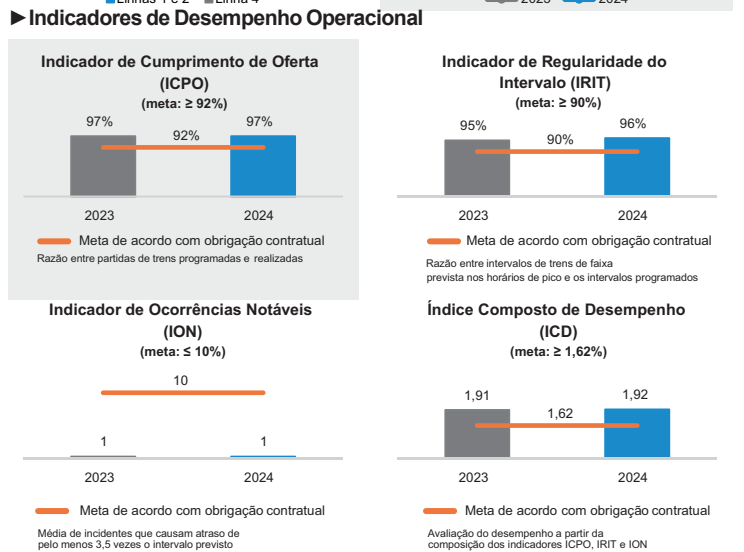
Desempenho Operacional (R\$ milhões)	2024	2023	%VAR
Demanda			
Pax Pagantes - L1, L2 e L4	160,5	166,6	-3,7%

A queda de passageiros pagantes observada na comparação do ano de 2024 com 2023, pode ser explicada principalmente pela diminuição no limite do teto da renda dos beneficiários da Tarifa Social, saindo de R\$7.507,40 para R\$3.205,20. Com a mudança desse benefício, aplicada a partir do segundo trimestre de 2024, uma parcela relevante dos nossos clientes passaram a pagar integralmente o novo valor da tarifa que passou por um reajuste de 4,35% em abril de 2024, passando de R\$6,90 (seis reais e noventa centavos) para R\$7,50 (sete reais e cinquenta centavos), incluindo a recomposição do desconto de R\$0,30 ofertado durante 24 meses, o que influenciou diretamente o número de passageiros pagantes.

Em contrapartida, a demanda dos finais de semana foi impactada positivamente pelos dias ensolarados durante boa parte do ano, com viagens de lazer e não essenciais, além de eventos culturais e esportivos ocorridos durante o ano, que contribuíram para a linearidade da demanda.



Indicadores de Desempenho Operacional

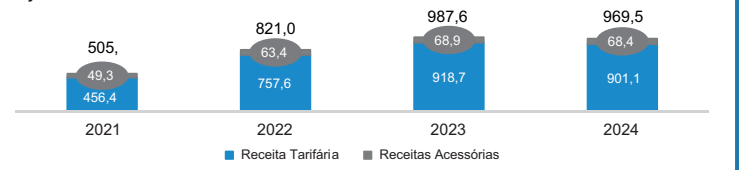


RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas (R\$ milhões)	2024	2023	R\$ VAR	%VAR
Receitas Tarifárias	901,1	918,7	(17,6)	-1,9%
Receitas Acessórias	68,4	68,9	(0,5)	-0,7%
Receita Bruta	969,5	987,7	(18,1)	-1,8%
Deduções da Receita Bruta	(29,5)	(29,4)	(0,1)	0,2%
Receita Líquida	940,1	958,2	(18,2)	-1,9%
Outras Receitas	285,6	27,5	258,2	940,3%
Receitas Totais	1.225,7	985,7	240,0	24,3%

A Receita Bruta da Companhia atingiu R\$969,5 milhões no ano de 2024 (-1,8% vs. 2023), composto pela Receita Tarifária, que foi de R\$901,1 milhões, com variação negativa de 1,9% em comparação ao ano de 2023, que ocorreu em função da queda da demanda pagante no sistema (-3,7% vs. 2023), compensada pelo reajuste tarifário ocorrido em abril/2024 (8,7%).

As Receitas Acessórias apresentaram uma pequena queda de 0,7% em 2024 em comparação a 2023, devido ao fim do repasse de verba extraordinária no contrato de publicidade com a Eletromidia, que teve início em julho de 2023 e término em junho de 2024, compensado pela inauguração de novas operações, assinatura de novos contratos e alteração do critério de concessão de descontos e cobrança de energia com locação de quiosques, vending machines e caixas eletrônicos, além do reajuste anual nos contratos de Telecom.



Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	2024	2023	R\$ VAR	%VAR
Pessoal	(290,6)	(280,3)	(10,3)	3,7%
Conservação & Manutenção	(147,0)	(132,3)	(14,7)	11,1%
Operacionais	(183,6)	(187,0)	3,4	-1,8%
Despesas Administrativas	(34,9)	(33,9)	(1,0)	2,8%
PDD / Contingências	30,3	1,9	28,4	1.469,1%
Depreciação & Amortização	(157,2)	(123,9)	(33,3)	26,8%
Custos & Despesas Operacionais	(782,8)	(755,4)	(27,4)	3,6%

■ **Pessoal:** a variação ocorreu em decorrência do reajuste de 4,0% nos salários em função do Acordô Coletivo de 2023/2024.

■ **Conservação e Manutenção:** buscando o aumento da confiabilidade e segurança da Via Permanente, foi contratado serviço de empresa especializada em nivelamento, alinhamento e socaria (-R\$3,7 milhões vs. 2023), além de incremento de uso de materiais (-R\$1,6 milhões vs. 2023), devido a ocorrência de flambagens de trilhos no início do ano de 2024. Além disso, na área de material rodante, houve aumento do custo referente ao recall de truques (-R\$2,0 milhões vs. 2023) e atendimento ao plano de manutenção de trens CRC e Alstom & Mafersa (-R\$2,4 milhões vs. 2023). Por fim, para alimentação da subestação principal de Frei Caneca foi realizada manutenção corretiva de cabos de energia (-R\$2,0 milhões vs. 2023).

Custos e Despesas

■ **Operacionais:** nos custos com Energia Elétrica, que correspondem a mais de 80% do total de custos operacionais, houve pequena variação, sobretudo, ocasionado pelo retorno da cobrança de ICMS sobre a fatura de distribuição de energia, após decisão judicial (-R\$1,9 milhões) e aumento de +2% na alíquota do FCEP - Fundo de Combate à Pobreza (-R\$0,7 milhões), compensado pelos descontos na fatura de transmissão devido ao uso de Energia Incentivada (+R\$2,5 milhões). Por fim, a descontinuidade do serviço de Metrô na Superfície, que foi substituído por linhas de ônibus municipais, contribuiu para a redução de custos em R\$2,5 milhões quando comparado ao ano de 2023.

■ **Despesas Administrativas:** a variação ocorreu, em sua maioria, em função das campanhas voltadas à segurança operacional (-R\$0,7 milhões em 2024 vs. 2023). Em 2024, houve a criação da área de serviços compartilhados, onde parte das despesas administrativas passaram a ser compartilhadas com Metrobarra, controlada da Companhia HMOBI.

■ **PDD/Contingências:** a variação positiva ocorreu em função do passivo contingente referente ao ICMS incidente nas taxas de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) de energia elétrica, após decisão judicial transitada e julgada favorável à companhia (+R\$13,2 milhões 2024 vs. 2023) e a reversão de provisão de processo trabalhista movido pelo SIMERJ - Sindicato dos Metrôviários do Estado do Rio de Janeiro, após decisão favorável à Companhia, no valor de R\$29,5 milhões.

■ **Depreciação & Amortização:** a metodologia de curva de demanda, parte da premissa do número de passageiros orçados para o ano. Sendo assim, a estimativa de passageiros utilizada para o cálculo da depreciação para o ano de 2024 foi maior que a do ano de 2023, impactando o total da despesa com depreciação no exercício (-R\$28,5 milhões). Além disso, ao longo do ano de 2024 a Companhia investiu na aquisição de imobilizado e intangível (CAPEX) gerando um aumento da depreciação sobre essas adições, de aproximadamente 2% (-R\$4,8 milhões).

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas (R\$ milhões)	2024	2023	R\$ VAR	%VAR
Receita regulatória	256,6	256,6	100,0%	
Receita venda de energia	18,3	23,2	(4,9)	-21,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	10,8	4,3	6,5	153,0%

Total de outras receitas e despesas operacionais 285,6 27,5 258,2 940,0%

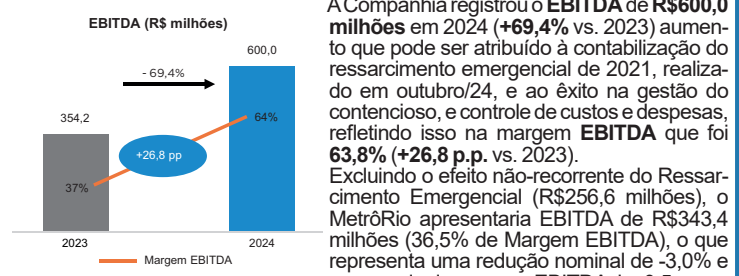
■ **Receita venda de energia:** contabilização do pagamento da parcela do break even, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 de acordo com o 8º Termo Aditivo, no valor de R\$256,6 milhões, a ser realizado em dezesseis parcelas iguais mensais e sucessivas, até 30/03/2026.

■ **Receita venda de energia:** venda de energia convencional, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da concessionária, cuja receita do ano foi de R\$18,3 milhões.

■ **Outras receitas (despesas) operacionais:** variação positiva é em maior parte devido a recuperação de créditos fiscais (+R\$1,5 milhões vs. 2023) e ao vencimento de créditos não utilizados de bilhetes de viagem (+R\$1,6 milhões vs. 2023) e por fim, e receitas com indenizações de processos judiciais diversos (+R\$2,5 milhões vs. 2023).

EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ milhões)	2024	2023	R\$ VAR	% VAR
Lucro (Prejuízo) do período	338,3	60,8	277,4	456,1%



RESULTADOS FINANCEIROS

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2024	2023	R\$ VAR	% VAR
Receitas Financeiras	111,9	71,3	40,5	56,8%
Despesas Financeiras	(20,6)	(210,0)	7,4	-3,5%
Resultado Financeiro	(90,8)	(138,7)	47,9	-34,5%

A Companhia apresentou uma redução no Resultado Financeiro de -34,5% ocasionado principalmente pelo aumento de 56,8% (vs. 2023) nas Receitas Financeiras em função da variação monetária (R\$54,0 milhões) do Ressarcimento Emergencial de 2021.

Excluindo o efeito não-recorrente do Ressarcimento Emergencial (R\$256,6 milhões), o MetrôRio apresentaria EBITDA de R\$343,4 milhões (36,5% de Margem EBITDA), o que representa uma redução nominal de -3,0% e uma perda de margem EBITDA de -0,5 p.p.

Resultado do Exercício

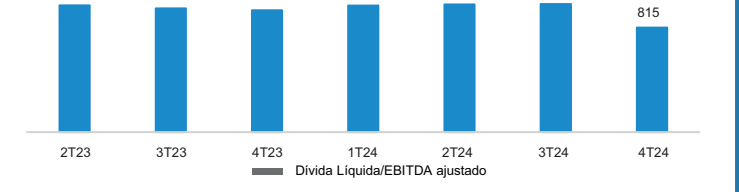
Resultado do Exercício (R\$ milhões)	2024	2023	R\$ VAR	% VAR
Lucro (Prejuízo) do período	338,3	60,8	277,4	456,1%

No ano de 2024 a Companhia registrou o resultado positivo de R\$338,3 milhões.

Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ milhões)	dez/24	dez/23	R\$ VAR	% VAR
Dívida Bruta	1.452,1	1.503,0	(51,0)	-3,4%
Curto Prazo	127,1	125,4	1,7	1,3%
Longo Prazo	1.325,0	1.377,6	(52,6)	-3,8%
Disponibilidades	636,7	552,6	84,1	15,2%
Caixa e aplicações financeiras	636,7	552,6	84,1	15,2%
Dívida Líquida	815,4	950,4	(135,0)	-14,2%

A Dívida Líquida da Companhia segue trajetória estável em relação aos trimestres anteriores. Na comparação entre dez/24 e dez/23, houve uma redução de 14,2% e sua alavancagem financeira medida pelo indicador Dívida Líquida/EBITDA fechou em queda no período.





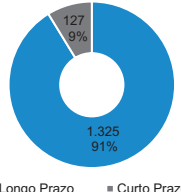
CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



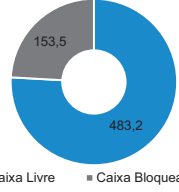
► Endividamento

Divida Bruta por Prazo (R\$ milhões)



► Caixa e Disponibilidades

Caixa MetrôRio (R\$ milhões)



Rio de Janeiro, 21 de março de 2025
Herbert Adriano Quirino dos Santos
 Diretor de Relações com Investidores
 Equipe de Relação com Investidores
Daniel Azevedo
 e-mail: dri@metrorio.com.br
 telefone: +55 21 3211-6172// +55 21 993269391

Larissa Berto
 Rio de Janeiro, 21 de março de 2025. Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, divulga os resultados do ano de 2024. Foram realizadas comparações com o ano de 2023, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

A Companhia está em pleno cumprimento com todas as obrigações previstas na 9ª emissão de debêntures no MetrôRio.

O ano de 2024 fechou com um saldo de **R\$636,7 milhões** em caixa. Sendo **76%** de caixa livre.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	3	311.169	251.923	Circulante			
Aplicações financeiras	4	202.821	300.666	Fornecedores	14	146.318	104.855
Contas a receber	5	178.540	73.929	Debêntures e empréstimos	15	127.070	125.409
Estoques	6	89.459	83.537	Receita diferida	17	-	16.373
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7(a)	11.860	-	Tributos a recolher	8(c)	3.884	3.483
Tributos a recuperar	7(a)	11.400	8.077	Obrigações com empregados	11(a)	44.509	45.238
Adiantamentos	8.1	11.768	11.527	Adiantamentos de clientes	18	4.480	6.127
Despesas antecipadas	8.2	14.709	10.372	Dividendos a pagar	10	60.084	-
Outras contas a receber	9	14.864	-	Contas a pagar - Partes Relacionadas	10	32	-
Contas a receber - Partes relacionadas	10	4.276	6.897	Outras contas a pagar		756	1.283
Total do ativo circulante		850.866	746.928	Total do passivo circulante		387.133	302.768
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	4	122.682	-	Debêntures	15	1.324.953	1.377.574
Contas a receber	5	98.528	15.950	Concessão de serviço público	16	14.182	18.631
Ativo fiscal diferido	7(b)	242.272	256.141	Provisão para riscos processuais	19	19.782	59.836
Tributos a recuperar	7(a)	-	1.100	Receita diferida	17	1.157	1.359
Despesa antecipada	8.1	1.011	-	Outras contas a pagar		3.776	3.534
Depósitos judiciais	19(c)	10.397	12.626	Total do passivo não circulante		1.363.850	1.460.934
Imobilizado	12	21.480	25.624	Patrimônio Líquido			
Intangível	13	1.945.076	2.031.481	Capital social	20(a)	1.458.916	1.458.916
Infraestrutura em construção	13	110.489	47.492	Reserva de lucros	20(b)	192.902	-
Total do ativo não circulante		2.551.935	2.390.414	Prejuízos acumulados		-	(85.276)
Total do ativo		3.402.801	3.137.342	Patrimônio líquido		1.651.818	1.373.640
				Total do passivo e do patrimônio líquido		3.402.801	3.137.342

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	940.071	958.264
Custo dos serviços prestados	22	(671.181)	(627.906)
Lucro bruto		268.890	330.358
Gerais e administrativas	22	(111.629)	(127.514)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	285.625	27.456
Resultado operacional		442.886	230.300
Receitas financeiras	24	111.850	71.331
Despesas financeiras	24	(202.606)	(209.981)
Resultado financeiro líquido		(90.756)	(138.650)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		352.130	91.650
Imposto de renda e contribuição social		(13.868)	(30.827)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7(d)	-	(10.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.868)	(20.499)
Lucro líquido do exercício		338.262	60.823
Quantidade média de ações ao final do exercício		1.613.694	1.613.694
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	25	0,2096	0,0377

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	338.262	60.823
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	338.262	60.823

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados do exercício	Resultado do exercício	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.458.916	-	-	(146.099)	-	1.312.817
Lucro líquido do exercício		-	-	-	60.823	-	60.823
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.458.916	-	-	(85.276)	-	1.373.640
Lucro líquido do exercício		-	-	-	338.262	-	338.262
Absorção de prejuízo		-	-	85.276	-	-	-
Destinação do lucro	20(b)	-	12.649	180.253	-	(192.902)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20(c)	-	-	-	-	(60.084)	(60.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.458.916	12.649	180.253	-	-	1.651.818

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		1.253.991	1.016.121
Prestação de serviços		969.520	987.668
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	21	(2.448)	(2.146)
Outras receitas		286.919	30.599
Insumos adquiridos de terceiros		(310.218)	(304.272)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(307.269)	(338.939)
Perda/recuperação de valores ativos		(2.938)	-
Outros custos		(11)	(2.333)
Valor adicionado bruto		943.773	674.849
Retenções		(159.586)	(123.900)
Depreciação e amortização	12 e 13	(159.586)	(123.900)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		784.187	550.949
Valor adicionado/recebido em transferência		106.609	71.331
Reversão para riscos processuais		(5.241)	-
Receitas financeiras	14	111.850	71.331
Total valor adicionado a distribuir		890.796	622.280
Distribuição do valor adicionado		890.796	622.280
Pessoal e encargos		262.380	248.639
Remuneração direta		162.005	163.919
Benefícios		84.405	70.146
FGTS		13.206	11.956
Outros		2.764	2.618
Impostos, taxas e contribuições		71.740	95.366
Federais		35.270	51.865
Imposto de renda e contribuição social diferido		13.868	20.499
Estaduais		4.453	4.540
Municipais		18.149	18.462
Remuneração capital de terceiros		218.414	217.452
Juros		186.469	189.351
Aluguéis		4.588	3.627
Outras		27.357	24.474
Remuneração de capital próprio		338.262	60.823
Lucro atribuído aos acionistas controladores		338.262	60.823

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20/08/2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. ("HMOBI"), que por sua vez tem como acionistas: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrosbras de Segurança Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI").

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27/01/2038.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente, a partir do dia 31/01/cada ano, com base na variação do IPCA publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

Em 07/05/2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo termo aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens: (i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSF do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11/05/2021.

Em 19/04/2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos:

- regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no termo aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022
- Segundo o mesmo termo aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSF, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final. Em 2 de outubro de 2024 foi homologado e registrado no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA, conforme nota explicativa 23;
- disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02/04/2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		338.262	60.823
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12 e 13	159.588	125.865
Baixa de imobilizado e intangível	12 e 13	3.664	627
Provisão (reversão) para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	5	2.448	2.146
Variações monetárias e encargos, líquidos	24	185.108	193.948
Rendimento aplicação financeira	4	(16.420)	(16.245)
Provisão (Reversão) para riscos processuais	16 e 19	(41.558)	(14.017)
Variação Monetária - Ressarcimento emergencial 2021	24	(53.963)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7(d)	13.868	20.499
Amortização custo de captação	15	9.184	9.158
Resultado do exercício ajustado		600.181	382.804
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(135.674)	48.152
Estoques	6	(5.922)	(11.312)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7(a)	(11.860)	-
Tributos a recuperar	7(a)	(1.805)	(1.308)
Depósitos judiciais	19(c)	2.841	9.750
Adiantamentos	8	(241)	(8.067)
Despesa antecipada	9	(5.348)	17.200
Contas a receber - Partes relacionadas	10	2.621	(4.513)
Outras contas a receber		(14.864)	34
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	14	41.463	18.839
Obrigações com empregados e administradores	11	(729)	9.187
Tributos a recolher	7(c)	401	(1.021)
Receita diferida	17	(16.575)	(58.109)
Adiantamentos de cliente	18	(1.647)	(3.511)
Obrigações com poder concedente		-	228
Contas a pagar - Parte relacionada	10	-	(50)
Pagamento de processos judiciais	16 e 19	(3.751)	(1.550)
Outras obrigações e contas a pagar		(284)	160
Caixa gerado nas operações		448.807	396.913
Imposto de renda e contribuição social pagos		(418)	(2.263)
Caixa gerado nas operações		448.389	394.650
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(3.176)	(1.895)
Aquisição de intangível	13	(132.523)	(115.582)
Aplicações financeiras	4	(8.417)	(35.947)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(144.116)	(153.424)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	15(b)	-	10.773
Pagamento de principal - Debêntures/Empréstimos	15(b)	(109.295)	(119.634)
Pagamento de juros - Debêntures/Empréstimos	15(b)	(110.576)	(59.718)
Pagamento de variação monetária - Debêntures	15(b)	(25.156)	(24.969)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(245.027)	(193.548)
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		59.246	47.678
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	251.923	204.245
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	311.169	251.923
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		59.246	47.678



METRÔ RIO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



ras emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Financeiras (CPC), que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 21/03/2025.

2.2. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

Normas novas e alterações em vigor a partir de 1º/01/2024

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2024:

Alteração ao IAS 7/CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º/01/2024 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas e interpretações novas e alteradas emitidas ainda não vigentes

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entraram em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º/01/2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º/01/2025.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão quando entrarem em vigor.

2.3. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas financeiras materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 2.18.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde a contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º/01/2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas".

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas		
	Sigla	Receitas tarifárias	Receitas acessórias financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	7,6%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	4,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social-calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que

lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações nos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

2.16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º/01/2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

• Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.17. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.18. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras materiais

a) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando o julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de aging de vencimento.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	19.871	8.130
Certificados de Depósito Bancário – CDB	291.298	243.793
Total de caixa e equivalentes de caixa	311.169	251.923

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 103,60% do CDI (102,49% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	182.375	282.425
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	20.446	18.241
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	202.821	300.666

Não circulante

Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	122.682	-
Total aplicações financeiras	325.503	300.666

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 103,60% do CDI (102,66% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

(b) As aplicações financeiras nesta conta pagamento, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% (96,01% em 31 de dezembro de 2023) com a finalidade de atender as obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures (nota explicativa 15).

Conciliação de aplicações financeiras e demonstrações do fluxo de caixa (DFC)

Saldo em 31/12/2022	248.474
Aplicações e resgates	35.947
Rendimento s/ aplicações financeiras	16.245
Saldo em 31/12/2023	300.666
Aplicações e resgates	8.417
Rendimento s/ aplicações financeiras	16.420
Saldo em 31/12/2024	325.503

5. Contas a receber, líquidas

(a) Contas a receber, líquidas

Os valores relativos a créditos a receber são:

	31/12/2024	31/12/2023
Receíveis do GERJ (a)	310.455	50.000
Receíveis do GERJ (b)	37.833	35.538
Receíveis do GERJ (c)	30.403	25.460
Venda de passagens (d)	555	18.511
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	9.532	9.624
Outros	68	76
Total dos recebíveis	388.846	139.209

Cessão de direitos creditórios - Partes Relacionadas (f)

Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")	(60.000)	-
	(51.778)	(49.330)

Total do contas a receber, líquido

Circulante	178.540	73.929
Não circulante	98.528	15.950

(a) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021, corroborado pela assunção de obrigação do GERJ no Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA.

(b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram pendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós;

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.

(d) Receita de passagens a receber;

(e) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios).

(f) Refere-se a contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre MetrôRio e a sua Controladora H



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



5(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(49.330)	(47.185)
Adições	(4.762)	(3.394)
Reversões	2.314	1.249
Saldo no fim do exercício	(51.778)	(49.330)

6. ESTOQUES

Material auxiliares, de manutenção e conservação

	31/12/2024	31/12/2023
Total estoques	89.459	83.537
	89.459	83.537

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

7(a) Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	7.711	8.809
Tributos retidos na fonte (IRRF, CSLL) *	15.529	-
Tributos retidos na fonte (PIS e COFINS)	20	-
Outros	-	368
Total	23.260	9.177
Circulante	23.260	8.077
Não circulante	-	1.100

* Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuições sociais retidas sobre receita acessória.

7(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

Natureza	Reconhecido no resultado	
	31/12/2023	31/12/2024
Prejuízo fiscal	181.592	190.363
Base negativa da contribuição social	65.868	69.318
Provisão para riscos processuais	21.378	6.412
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	17.605
Provisões não dedutíveis - Temporárias	7.546	4.294
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	5.933
Outros	4.947	-
Total do ativo fiscal diferido	304.268	293.925
Amortização curva de demanda	(42.402)	(47.876)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	(3.777)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	-
Total do passivo fiscal diferido	(46.467)	(51.653)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	256.141	242.272

Natureza	Reconhecido no resultado	
	31/12/2022	31/12/2023
Prejuízo fiscal	186.281	181.592
Base negativa da contribuição social	67.467	65.868
Provisão para riscos processuais	22.624	21.378
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.043	16.772
Provisões não dedutíveis - Temporárias	5.306	2.240
Participação nos lucros e resultado (PLR)	3.731	6.165
Outros	6.097	4.947
Total do ativo fiscal diferido	307.549	304.268
Amortização curva de demanda	(24.572)	(42.402)
Amortização do direito de concessão	(4.354)	(4.065)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	-
Outros passivos diferidos	(324)	(1.660)
Total do passivo fiscal diferido	(30.910)	(48.127)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	276.640	256.141

A Administração preparou estudo acerca da realização do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

Anos	31/12/2024
2025	58.168
2026	37.728
2027	41.894
2028 até 2033	156.135
Total das projeções de realização do ativo fiscais diferidos	293.925
Total do ativo fiscal diferido	293.925

7(c) Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	-	418
PIS e COFINS	710	-
ISS	1.650	1.635
INSS sobre terceiros	586	616
IRRF e CSRF	588	426
Taxa AGETRANSP	350	388
Total	3.884	3.483

7(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	352.130	91.950
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(119.724)	(31.263)

Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:

PECLD Permanentes	(999)	(793)
Participação nos lucros e resultado (PLR)	(812)	(829)
Outras despesas não dedutíveis	(3)	(155)
Adições	(1.814)	(1.777)
Ressarcimento Emergencial 2021	105.585	-
Recuperação de créditos tributários	1.135	1.536
Variações cambiais e monetárias	225	258
Outras receitas	725	419
Exclusões	107.670	2.213
Imposto de renda e contribuição social total	(13.868)	(30.827)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(10.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.868)	(20.499)
Total dos impostos no resultado	(13.868)	(30.827)
Alíquota efetiva	3,9%	33,5%

8. ADIANTAMENTOS E DESPESA ANTECIPADA

8.1 Adiantamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	3.562	4.181
Pessoal	8.206	7.346
Total adiantamentos	11.768	11.527

8.2 Despesa Antecipada

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros (*)	11.701	3.903
Garantias TI(**)	4.019	6.469
Total despesa antecipada	15.720	10.372
Circulante	14.709	10.372
Não circulante	1.011	-

(*) Os principais seguros da companhia, inclusive no saldo em aberto de despesas antecipadas, são: Responsabilidade civil, riscos operacionais e D&O (Directors & Officers).

(**) Saldo referem-se a serviços de informática a serem apropriados mensalmente conforme contrato firmado junto aos fornecedores de software da companhia.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O montante de R\$ 14.864 refere-se a gastos incorridos com material rodante relacionados a sinistros, cujos custos para restabelecer às condições operacionais serão reembolsados pela Seguradora, os quais cobertos nas apólices de seguros contratados pela Companhia. Os gastos foram aprovados pela seguradora e os reembolsos serão realizados conforme condições estabelecidas nas apólices do seguro e após a finalização dos reparos.

10. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são divulgadas nas Demonstrações financeiras anuais e nas informações financeiras intermediárias.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024	
			Ativo Circulante	Passivo Resultado
HMOBI	Reembolso	Controladora	50	-
HMOBI (ii)	Cessão de recebíveis	Controladora	-	32
Metrobarra (i)	Gastos compartilhados	Coligada	4.226	21.750
HMOBI	Dividendos	Controladora	-	60.084
Total			4.276	60.116

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2023	
			Ativo Circulante	Passivo Resultado
HMOBI	Reembolso	Controladora	5.177	-
Metrobarra	Gastos compartilhados	Coligada	1.720	19.451
Total			6.897	19.451

(i) Se refere a reembolso de despesas, conforme previsto no contrato firmado entre as partes, cujo determina que os custos e despesas relacionadas às instalações e recursos administrativos, financeiros ou de pessoal, de titularidade do MetrôRio e utilizados pelo MetroBarra no desenvolvimento de suas atividades, serão devido pela últimos. Os reembolsos serão realizados mensalmente 15 dias após o recebimento da respectiva nota de débito.

(ii) Refere-se a juros do contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre Hmobi e o MetrôRio. Vide Nota explicativa 4.

10.1 Remuneração dos profissionais-chave da administração

A remuneração dos profissionais-chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, conforme quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	7.114	5.620
Encargos	1.100	1.127
Outros benefícios	1.162	824
Total	9.376	7.571

Em 25 de abril de 2024 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos profissionais-chave da administração de até R\$ 13.507.

11. OBRIGAÇÃO COM EMPREGADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	18.256	19.293
Provisão de férias	17.770	18.078
Encargos	6.211	6.683
Outros benefícios	2.272	1.184
Total	44.509	45.238

12. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos de 10 a 20	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31/12/2023	71.905	32.638	15.309	817	1.101	121.770
Adições	1.189	1.394	166	-	427	3.176
Baixas	(78)	(12)	(28)	(41)	(279)	(438)
Transferência (*)	(92)	1.358	-	-	(270)	996
Saldos em 31/12/2024	72.924	35.378	15.447	776	979	125.504

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31/12/2023	(57.530)	(26.215)
Adições	(4.133)	(2.757)
Baixas	67	12
Saldos em 31/12/2024	(61.596)	(28.960)

13. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Investimento na concessão	Direito de concessão	Peças sobressalentes	Software	Outros	Total construção	Infraestrutura em andamento	Total
Saldos em 31/12/2022	2.100.887	1.666.970	59.199	43.901	14	3.870.971	110.489	3.981.460
Adições	(864.499)	(878.422)	-	(31.412)	-	(1.774.333)	-	(1.774.333)
Baixas	(97.315)	(53.320)	-	(927)	-	(151.562)	-	(151.562)
Transferência (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	(961.814)	(931.742)	-	(32.339)	-	(1.925.895)	-	(1.925.895)
Em 31/12/2024	1.139.073	735.228	59.199	11.562	14	1.945.076	110.489	2.055.565
Em 31/12/2023	1.182.659	788.466	48.206	12.136	14	2.031.481	47.492	2.078.973

Imobilizado em andamento
O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens e adequações no centro de manutenção e no centro de controle operacional.

13. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Investimento na concessão	Direito de concessão	Peças sobressalentes	Software	Outros	Total construção	Infraestrutura em andamento	Total
Saldos em 31/12/2022	1.974.903	1.666.794	29.200	39.280	14	3.710.191	28.219	3.738.410
Adições	81.274	94	19.006	59	-	100.433	21.386	121.819
Baixas	(686)	-	-	-	-	(686)	-	(686)
Transferência (*)	(8.333)	-	-	4.209	-	(4.124)	(2.113)	(6.237)
Saldos em 31/12/2023	2.047.158	1.666.888	48.206	43.548	14	3.805.814	47.492	3.853.306

	Investimento na concessão	Direito de concessão	Peças sobressalentes	Software	Outros	Total construção	Infraestrutura em andamento	Total
Saldos em 31/12/2022	(804.365)	(828.456)	-	(24.996)	-	(1.657.817)	-	(1.657.817)
Adições	(60.198)	(49.966)	-	(6.416)	-	(116.580)	-	(116.580)
Baixas	64	-	-	-	-	64	-	64
Saldos em 31/12/2023	(864.499)	(878.422)	-	(31.412)	-	(1.774.333)	-	(1.774.333)

Método de amortização e prazos

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

13(a) Investimento na concessão
São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1 e 2. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

13(b) Direito de concessão
Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27/01/2018) conforme os termos da alínea "b", Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolútiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27/01/2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do referido Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo Intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

13(c) Infraestrutura em construção
Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Tendo como principais projetos no período: Substituição de lastro do trecho L2, substituição sistema de detecção de alarme de incêndio estações 1 e 2, revitalização sistema mecânico dos trens, inspeção e reconstrução de muros, retrofit de painéis, adequação sistema tetra L 1 e 2, sonorização de frota.

13(d) Redução do valor recuperável de ativos
De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, a cada exercício, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

14. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	141.667	100.068
Fornecedores internacionais	4.651	4.787
Total fornecedores	146.318	



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



16. Concessão de serviço público

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	14.182	18.631
Total	14.182	18.631

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038).

O montante de R\$ 14.182 (R\$ 18.631 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à assunção pela Companhia da obrigação de pagamento das condenações judiciais devidas pela Companhia do Metrô do Rio de Janeiro e Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, em processos com data anterior à tomada de posse da prestação do serviço público de passageiros das Linhas 1 e 2, ocorrida em 05 de abril de 1998, em contrapartida ao preço da outorga suplementar devida pela entrada em operação das estações Siqueira Campos, Cantagalo e General Osorio, previsto no §2º da Clausula Nona e §§ 13º e 14º da Clausula Vigésima Segunda do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades da liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Movimentação da concessão:

	31/12/2023	Atualização monetária	Provisão	Reversão	31/12/2024
Outorga (a)	18.631	(1.108)	430	(3.771)	14.182
Não circulante	18.631	(1.108)	430	(3.771)	14.182

	31/12/2022	Atualização monetária	Provisão	Reversão	31/12/2023
Outorga (a)	16.110	2.293	62	166	18.631
Não circulante	16.110	2.293	62	166	18.631

(a) Outorga do não circulante refere-se ao Anexo V do Sexto Aditivo ao Contrato de Concessão.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito. A Companhia recebeu em transferência em 5 de abril de 1998, o montante de R\$ 6.093.927 de bens reversíveis.

17. Receita diferida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita diferida – 9º Termo aditivo (i)	-	16.373
Receitas acessórias antecipadas (ii)	1.157	1.359
Total	1.157	17.732

Circulante - 16.373
Não circulante - 1.157

(i) Receita diferida decorrente do 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente à parcela ainda não incorrida no período de outubro de 2023 a abril de 2024, vide maiores detalhes na Nota Explicativa 1.

(ii) Representada pelos valores recebidos antecipadamente de clientes referentes a receitas acessórias, cujo reconhecimento será apropriado ao resultado de forma proporcional ao longo de um período superior a 12 meses.

18. Adiantamentos de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Serviço a prestar – Giro (a)	3.700	5.135
Receitas antecipadas (b)	718	698
Serviço a prestar (c)	-	293
Adiantamento de clientes	62	1
Total	4.480	6.127

- a) Vendas de bilhetes unitários.
- b) Receitas acessórias antecipadas.
- c) Venda de cartões pré-pagos do metrô do Rio de Janeiro.

19. Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19(a) Provisão para contingências reconhecida

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	8.325	39.319
Tributários (ii)	-	13.153
Regulatório	6.487	3.426
Cíveis	4.827	3.702
Outros	143	236
Total	19.782	59.836

Movimentação das provisões:

Natureza do risco	31/12/2023	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Transferência	31/12/2024
Trabalhistas(i)	39.319	2.036	(33.049)	19	-	8.325
Tributários (ii)	13.153	-	(13.153)	-	-	-
Regulatório	3.426	3.796	(1.550)	815	-	6.487
Cíveis	3.702	490	(517)	1.152	-	4.827
Outros	236	-	(20)	(73)	-	143
Total	59.836	6.322	(48.289)	1.913	-	19.782

Natureza do risco	31/12/2022	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Transferência	31/12/2023
Trabalhistas	41.637	3.911	(9.374)	3.111	34	39.319
Tributários	23.496	262	(10.605)	-	-	13.153
Regulatório	3.505	397	(65)	(411)	-	3.426
Cíveis	2.862	908	(1.001)	1.144	(211)	3.702
Outros	34	-	-	25	177	236
Total	71.534	5.478	(21.045)	3.869	-	59.836

(i) A reversão mais relevante ocorreu no âmbito da ação plúrima (processo 0001028-44.2011.5.01.0008) movida pelo Sindicato – SIMERJ em discussão envolvendo acúmulo de funções por estagiar de segurança que estavam no quadro de funcionários da Companhia à época da extinção da função de oficial de estação, em 2003. A reversão da provisão se deu com base em parecer jurídico emitido a partir de decisões judiciais contemplando a redução dos substituídos e determinação de que a execução da sentença se dará de forma segregada (em pequenos grupos homogêneos ou individual), fazendo com que o prognóstico do processo fosse alterado para perda possível e consequentemente a provisão fosse revertida.

(ii) Adicionalmente, houve reversão da provisão na ação movida em 2015 pela companhia que pleiteava, através de processo judicial, a retirada da cobrança da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica. Em março de 2024, o Colegiado do STJ estabeleceu 27/03/2017 como marco temporal para a cobrança da TUST e da TUSD, ressaltando que, aqueles contribuintes que até esta data eram beneficiados por decisão que permitia a dedução da TUST e da TUSD da base de cálculo do ICMS incidente nas contas de energia elétrica, não eram obrigados a pagar o valor até então não realizado. Assim, tendo em vista, que a tutela do MetrôRio foi obtida antes de 27/03/2017, foi possível a reversão do valor anteriormente provisionado para pagamento.

19(b) Composição dos riscos possíveis não provisionados

Natureza do risco	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista (i)	107.465	92.480
Cíveis (ii)	10.517	38.696
Regulatórios (iii)	44.478	41.286
Tributários (iv)	10.858	10.697
Ambiental	8.162	7.259
Previdenciário	6.423	-
Total	187.903	190.418

(i) Riscos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 107.465 sendo R\$ 60.840 relacionado à processos sucessórios do Contrato de Concessão, a serem ressarcidos pelo Estado através de equilíbrio contratual ou pagamento (R\$ 92.480 em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 61.797 processos sucessórios).

(ii) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$ 10.517 (R\$ 38.696 em 31 de dezembro de 2023).

Em 1º de abril de 2019, o Ministério Público protocolou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, contra o concórcio vencedor da licitação da Linha 04 do sistema metroviário do Rio de Janeiro e outros 22 réus associados, dentre os quais MetrôRio e Metrobarra. Dentre as alegações citadas pelo Ministério Público, é mencionada irregularidades da subconcessão da operação ao MetrôRio e locação de material rodante da Metrobarra. Em janeiro de 2021, MetrôRio e Metrobarra tomaram ciência da ação e se deram por citados. De forma tempestiva, protocolaram suas defesas com os seguintes fundamentos: (i) ilegitimidade passiva para figurarem na referida ação, (ii) ausência de quaisquer elementos concretos que as liguem aos escândalos de corrupção na obra do Metrô. MetrôRio informa que postulou em juízo em face do Estado do Rio de Janeiro e CRB o pedido de nulidade dos aditivos ao contrato de concessão da Linha 4, justamente para obter o reconhecimento de que a atual Linha 4 é meramente prolongamento das Linhas 1 e 2, cuja exploração é direito do MetrôRio. Quanto ao ato de improbidade, MetrôRio entende que há prescrição, visto que o prazo de 5 anos, previsto no art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa, chegou a termo em 2015, tendo em vista que a assinatura do contrato se deu em 25 de fevereiro de 2010. O valor do pedido de danos morais coletivos foi de R\$ 120.000, mas, considerando que a ação envolve obrigação de fazer, cuja monetização não é possível de ser mensurada na fase processual atual, bem como possui 23 réus, não é possível estimar o valor do risco por agente envolvido na demanda. Em outubro de 2024 foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; MetrôRio; Concessionária Rio Barra S.A.; Novonor S/A; Novonor Participações e Investimentos S/A; OEC S/A Em Recuperação Judicial; Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A; Zi Participações S/A; Consórcio Construtor Rio Barra; e Consórcio Sul Linha 4, no qual ficou acordado dentre outros assuntos o compromisso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de apresentar pedido de exclusão do MetrôRio do polo passivo da referida Ação Civil Pública "como desdobramento da celebração do Aditivo Contrato Linhas 1 e 2 para disciplinar a concessão da L1/L2/L4/2024". Os assessores jurídicos da Companhia avaliam o prognóstico de perda como possível para esse processo. Não houve mudança no status do processo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 44.478 (R\$ 41.286 em 31 de dezembro de 2023).

A maior delas trata-se de ação anulatória, com pedido de tutela de urgência, visando à desconstituição de multa administrativa aplicada pela AGETRANS, por suposto descumprimento de obrigações constantes no 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Metroviários da Cidade do Rio de Janeiro (Ação Judicial nº 0041042-26.2020.8.19.0001). O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível, no montante de R\$ 37.293.

Além da multa acima mencionada, o MetrôRio ainda possui 9 ações judiciais que têm como objeto a discussão de multas regulatórias aplicadas pela AGETRANS por não atingimento mínimo de IQS (indicadores de qualidade de serviços). O valor da discussão é de R\$ 10.722 (dez milhões, setecentos e vinte e dois mil), sendo R\$ 4.187 (quatro milhões, cento e oitenta e sete mil) em perda provável e R\$ 4.628 (quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil) em perda possível.

(iv) Riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 10.858 (R\$ 10.697 em 31 de dezembro de 2023). Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 à junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 à dezembro de 2015 (infração 2). O MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeita ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível.

19(c) Depósitos judiciais e recursais

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	8.828	11.962
Depósitos recursais	1.569	664
Total	10.397	12.626

	31/12/2023	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	Transferência	31/12/2024
Depósitos judiciais	11.962	-	6	(3.553)	413	-	8.828
Embargos de terceiros(i)	664	2.591	606	(2.491)	199	-	1.569
Total	12.626	2.591	612	(6.044)	612	-	10.397

	31/12/2022	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	Transferência	31/12/2023
Depósitos judiciais	11.889	-	26	(2.956)	940	2.063	11.962
Embargos de terceiros(i)	8.922	(2.090)	492	(5.222)	625	(2.063)	664
Total	20.811	(2.090)	518	(8.178)	1.565	-	12.626

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET Pós, vide nota explicativa 6(a).

(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 8.828 (R\$ 11.962 em 31 de dezembro de 2023).

20. Patrimônio líquido

20(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 1.458.916, dividido em 1.613.694.012 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

20(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

Corresponde a 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e não excederá 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 das sociedades por ações. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, foi destinado o montante de R\$ 12.649 à Reserva Legal.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	338.262	60.823
Absorção de prejuízos acumulados	(85.276)	(60.823)
Reserva legal (5%)	12.649	-
Total	12.649	-

(ii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura distribuição aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 a apuração foi realizada da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	338.262	60.823
Prejuízos acumulados	(85.276)	(60.823)
Reserva legal (5%)	(12.649)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(60.084)	-
Total	180.253	-

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2024 a apuração foi realizada da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	338.262	60.823
Absorção de prejuízos acumulados	(85.276)	(60.823)
Reserva legal (5%)	(12.649)	-
Base para dividendos	240.337	-
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	60.084	-

21. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita tarifária	901.083	918.728
Receitas acessórias	68.438	68.940
Impostos	(25.011)	(24.886)
Deduções sobre a receita tarifária	(4.439)	(4.518)
Total	940.071	958.264

22. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado por natureza	(290.624)	(281.047)
Pessoal	(151.680)	(151.540)
Energia Elétrica	(157.154)	(123.900)
Depreciação e Amortização	(128.628)	(115.587)
Conservação e Manutenção	35.733	6.413
Provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão	(2.448)	(2.145)
Seguros e garantias	(19.159)	(21.211)
Despesas gerais	(15.031)	(13.810)
Suporte e manutenção de informática	(18.339)	(16.913)
Serviço FETRANSPO	(10.220)	(9.180)
Terceirização de Frota	(5.365)	(8.048)
Serviços de terceiros PJ	(8.725)	(9.463)
Água e esgoto	(7.351)	(6.349)
Serviços compartilhados	21.750	19.451
Segurança viária / patrimonial	(4.658)	(4.769)
Auditoria, assessoria e consultoria	(5.331)	(6.453)
Comunicação, marketing e publicidade	(5.032)	(2.928)
Perdas com cartão de crédito	(2.938)	(2.333)
Assessoria Jurídica	(4.559)	(3.383)
Aluguéis	(1.600)	(1.037)
Associações de classes	(895)	(820)
Despesas legais e judiciais	(556)	(368)
Total	(782.810)	(755.420)

Custo de serviços prestados
Despesas gerais e administrativas
(671.181) (627.906)
(111.629) (127.514)
(782.810) (755.420)

(i) A Companhia durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 apurou créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, no montante de R\$ 2.434 (R\$ 1.965 em 31 de dezembro de 2023).

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Receita regulatórias(a)	256.580	-
Receita de venda de energia(b)	18.274	23.198
Outras receitas operacionais(c)	12.472	6.669
Outras despesas operacionais(d)	(1.701)</	



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



28. Instrumentos financeiros

28(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia utilizou a seguinte hierarquia de valor justo para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos dos instrumentos financeiros
- Nível 2 – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/12/2024		31/12/2023		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	311.169	311.169	251.923	251.923	Custo amortizado	-
Aplicações financeiras	325.503	325.503	300.666	300.666	VJR	2
Contas a receber	277.068	277.068	89.879	89.879	Custo amortizado	-
Partes Relacionadas	4.276	4.276	6.897	6.897	VJR	2
Total do ativo	918.016	918.016	649.365	649.365		
Passivos						
Fornecedores	146.318	146.318	104.855	104.855	Custo amortizado	-
Debêntures e empréstimos	1.452.023	1.452.023	1.502.983	1.502.983	Custo amortizado	-
Concessão de serviço público	14.182	14.182	18.631	18.631	Custo amortizado	-
Partes Relacionadas	32	32	-	-	VJR	2
Dividendos a pagar	60.084	60.084	-	-	Custo amortizado	-
Obrigações com empregados	44.509	44.509	45.238	45.238	Custo amortizado	-
Total do passivo	1.717.148	1.717.148	1.671.707	1.671.707		

28(b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

28(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos financeiros. Para as aplicações financeiras os valores financeiros informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

28(d) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI e as taxas de juros das debêntures estão vinculadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa fixa pré-estabelecida.

28(e) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

28(f) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos fornecedores com indexador dólar, os quais não são relevantes.

28(g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários

variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	14,61%	10,96%	7,31%
TR Passivo (% ao ano)	4,30%	5,38%	6,45%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,01%	6,26%	7,52%

Fonte: BACEN, CETIP e B3 em 31 de dezembro de 2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco/indexador	Resultado			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	291.298	42.559	31.919	21.279
Aplicações financeiras circulante					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	20.446	2.987	2.240	1.494
Aplicações financeiras não circulante					
Certificados de depósitos bancários - CDB	DI	122.682	17.924	13.443	8.962
Total		434.426	63.470	47.602	31.735

28(h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures e empréstimo (i)	1.452.023	1.575.899
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	(311.169)	(251.923)
Aplicações financeiras (ii)	(325.503)	(300.666)
Dívida líquida	815.351	1.023.310
Patrimônio líquido	1.651.818	1.373.640
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.467.169	2.396.950
Índice de alavancagem financeira - %	33	43

(i) Desconsiderado o custo de captação.

(ii) A Companhia está sujeita a risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do rating, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Banco	Moody's	Standard&Poo's	Fitch
Banco ABC Brasil S.A.	AA+ br	brAAA	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA br	brAAA	AAA(bra)
Banco BTG Pactual S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Daycoval S.A.	AA.br	brAAA	AA(bra)
Banco do Brasil S.A.	AAA.br	-	AA(bra)
Banco Itaú S.A.	AAA.br	-	AAA(bra)
Banco PAN S.A.	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Safra S.A.	AAA.br	brAAA	-
Banco Santander S.A.	AAA.br	brAAA	-
Banco Votorantim S.A.	AA.br	brAAA	-

28(i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e Debêntures	237.239	1.429.898	282.868	1.950.005
Fornecedores	146.318			146.318

CONTADOR

João Marcos Barbosa - CRC-RJ 11.4001/O

CONTROLLER CORPORATIVO

Daniel Antunes Azevedo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio (Companhia), identificamos o mesmo, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita tarifária

Veja a Nota Explicativa nº 2.5 e 21 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A receita da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrôrio") é gerada substancialmente por tarifas de passageiros ("receita tarifária") cobradas dos usuários do sistema de transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro. A receita tarifária é originada de um grande volume de transações de baixo valor individual, que são controladas por sistemas de passagem e posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. O valor das tarifas é determinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), que disciplina sobre os reajustes tarifários e sua vigência. Esse assunto área foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao risco de reconhecimento de receita, além do valor envolvido, do volume de transações e da diversificação da contraprestação recebida das transações.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Comparação do total dos valores, na população completa, reconhecidos na receita tarifária referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024, com os sistemas de controle de passageiros.
 - Realização de testes documentais, com base amostral, da receita tarifária reconhecida ao longo do exercício, tendo por base o sistema de acesso de passageiros e as suas liquidações financeiras, através de extratos bancários.
 - Obtenção de confirmação externa do total de repasse anual feito para a Companhia pela entidade responsável pela arrecadação das tarifas originadas do chamado "bilhete único", bem como do saldo de contas a receber da Companhia com a referida entidade, no exercício em 31 de dezembro de 2024.
 - Recálculo da receita tarifária com base nos relatórios de utilização extraídos do sistema de passageiros e com nas tarifas de passagem de acordadas com o Poder Concedente.
 - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo da receita tarifária e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Capitalização de gastos do intangível de concessão

Veja a Nota Explicativa nº 13 (a) (b) e (c) das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrôrio") assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com respectivo Poder Concedente. De acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. A mensuração do intangível relacionado à concessão é afetada pelos julgamentos para determinar se um gasto específico representa uma melhoria ou manutenção e consequentemente se deve ser capitalizado ou não.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Inspeção documental, em base amostral, das adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e liquidação financeira, bem como a avaliação da natureza das adições.
 - Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão.
 - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a capitalização de gastos do intangível de concessão e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira Contador - CRC RJ-0087095/O-7

